



Balanço da Workshop: Conclusões e debate

Fernando Pau-Preto

Direcção da Associação Portuguesa de Planeadores do Território

A direcção da APPLA em continuidade com a linha anteriormente seguida no que diz respeito à disponibilização de Acções de Formação Contínua para os seus associados e demais técnicos de Planeamento do Território, considerou, em Fevereiro de 2005, que seria o momento oportuno para organizar uma Workshop sobre Cartas Educativas - CEs.

Foram elencados um conjunto de critérios que levaram ao convite de entidades a apresentarem as suas comunicações:

- ▶ Perspectiva da tutela (DREN/Dr. Vasco Freitas);
- ▶ Perspectiva dos municípios (CMP/Eng. António Lacerda; CMTN/Dr. Jorge Simões);
- ▶ Distribuição geográfica: Norte Versus Sul;
- ▶ Dimensão: Aglomerado urbano de grande Versus menor dimensão;
- ▶ Fase dos trabalhos: CE finalizada Versus CE em elaboração;
- ▶ Perspectiva do sector privado: Empresas a elaborarem CEs (Quatenaire Portugal/Dr. Rodrigo Meireles).

A todas as entidades presentes, incluindo o Sr. Representante da Associação Nacional de Municípios, Dr. Ribau Esteves, e respectivos oradores, a direcção da APPLA agradece a presença na Workshop.

Na Workshop estiveram presentes cerca de 100 técnicos, sendo a sua maioria proveniente de autarquias e que se encontravam a elaborar CEs. Dos presentes, cerca de 90% não eram sócios da APPLA, o que comprovou o interesse e a necessidade de formação nesta área.

A Carta Educativa foi desde sempre entendida pela APPLA como um instrumento de planeamento que, inserido num contexto mais abrangente de ordenamento territorial, deverá ser parte integrante da estratégia de desenvolvimento do próprio município.

SÍNTESE DAS COMUNICAÇÕES

Da perspectiva da tutela, no caso a Direcção Regional de Educação Norte – **DREN** – as CEs são consideradas como o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Consideram que a CE é indissociável das propostas do Plano Director Municipal, no sentido de:

- ▶ orientar a expansão do sistema educativo e tomar decisões;
- ▶ à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque;
- ▶ definir prioridades;
- ▶ otimizar a utilização dos recursos;
- ▶ evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

A elaboração das CEs compreende 4 fases:

1ª Fase - Plano de trabalho;

2ª Fase - Análise da realidade sócio-educativa e sua contextualização;

3ª Fase - Proposta de CE;

4ª fase - Elaboração final e apresentação da Carta Educativa.

Os critérios de reordenamento da rede educativa deverão ter em conta os territórios educativos em causa e os agrupamentos de escolas existentes.

Na metodologia de elaboração deverão ser tidos em consideração:

- ▶ Os recursos físicos;
- ▶ Uma visão prospectiva;
- ▶ A análise essencial do planeamento educativo;
- ▶ O diagnóstico;
- ▶ As propostas de reordenamento.

Consideram ainda que a monitorização é um processo indispensável a uma gestão do sistema educativo local/regional, é ainda encarada como um instrumento fiável e eficaz para permanentemente se conhecer a realidade educativo-social do território em análise e proceder às suas modificações.

Do Norte do país, concretamente da cidade do **Porto**, veio uma perspectiva de Carta Educativa diferente, pretendendo avaliar o sistema educativo e discutir a problemática da educação, de modo a reunir esforços e sinergias, mobilizando vontades e recursos desde a sua fase de elaboração. O processo de elaboração é valorizado através da participação e envolvimento da comunidade e a CEP será construída pelos agentes educativos, segundo uma lógica de aprendizagem.

O Papel da autarquia local é encarado como um animador do processo, um facilitador e agitador. A CEP está a ser elaborada por técnicos da autarquia recorrendo pontualmente a assessorias externas. O processo de elaboração compreende várias etapas.

Ao nível do diagnóstico efectuaram dois tipos de abordagem: quantitativa e qualitativa. Numa primeira abordagem quantitativa as maiores dificuldades prenderam-se com a obtenção de informação e da qualidade da mesma. Já a abordagem qualitativa apoiou-se na realização de reuniões de trabalho, entrevistas às escolas, sessões de divulgação, apresentação do projecto na Internet e em inquéritos. Várias foram as auscultações efectuadas: inquéritos aos membros do Conselho Municipal de Educação; inquérito on-line, inquéritos aos alunos e às famílias.

Dadas as condições particulares da implementação e funcionamento dos agrupamentos verticais na cidade o Conselho Municipal de Educação entendeu solicitar à autarquia a elaboração de um estudo sobre essa situação, estando a decorrer uma avaliação externa nesse sentido e que, posteriormente, será integrada na CEP.

No que diz respeito à estratégia a seguir, já se adiantam, embora prematuramente, algumas linhas de força, nomeadamente, a adopção dos três grandes objectivos da Comissão e Conselho Europeus para o desenvolvimento dos sistemas de educação e de formação:

1. Aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação;
2. Permitir o acesso de todos à educação e à formação “ao longo da vida”;
3. Abrir os sistemas de educação e de formação ao mundo.

O grupo de trabalho da CEP antevê as seguintes medidas:

- ▶ Elaborar um programa de acção concreto que envolva um número alargado de parceiros dispostos a assumirem responsabilidades bem definidas;
- ▶ Relevar Boas Práticas;
- ▶ Divulgar e mobilizar os recursos e as competências disponíveis;
- ▶ Desenvolver um sistema de monitorização e de novas ferramentas de trabalho;
- ▶ Criar competências internas.

No **1.º debate** após o primeiro bloco de apresentações as questões e comentários levantados disseram respeito ao seguinte:

- ▶ Financiamento das CEs;
- ▶ Necessidade das escolas se ligarem ao tecido empresarial;
- ▶ Operacionalização do protocolo entre a ANMP e o Ministério da Educação;
- ▶ Extensão da rede escolar versus encerramento de escolas;
- ▶ Tensões relativas ao ensino privado;
- ▶ CEs como documentos não acabados, mas com força dinamizadora para a implementação dos processos e realistas;
- ▶ Tipologias de escolas a adoptar, uma vez que se antevêm alterações na futura Lei de Bases da Educação;
- ▶ Pouco envolvimento da sociedade civil, como mobilizar ?

Muitas das questões ficaram sem resposta uma vez que não se encontrava nenhum representante directo do Ministério da Educação.

Do Sul do País, concelho de **Torres Novas**, foi apresentada uma carta educativa praticamente “finalizada”. Considerando a acção dos municípios sobre o sistema educativo uma realidade recente, que advém das “novas competências municipais”, foi com naturalidade que surgiram novos domínios e práticas de actuação.

Os princípios que nortearam a elaboração da CETN, foram essencialmente três: legislativos, de âmbito territorial (comunidade escolar e comunidade local) e conceitos orientadores. A este nível definiram-se objectivos estratégicos e níveis de desenvolvimento que conduziram à definição de critérios de planeamento educativo.

Ao nível do diagnóstico a identificação dos problemas originou novos contextos de procura, para a construção da estratégia a seguir identificaram-se de novas necessidades de oferta, que iriam confinar o planeamento educativo e a própria carta.

Em termos de actuação surge uma proposta de reordenamento da rede educativa e a necessidade de acompanhamento através da monitorização e avaliação da CE.

Por fim, pela perspectiva do sector privado, a empresa **Quaternaire Portugal** assentou a sua comunicação em “Alguns aspectos metodológicos e de informação necessários na elaboração das Cartas Educativas”.

Inicialmente clarificou conceitos e objectivos das CEs; Diferenciou a tipologia de CE Vs Carta Escolar; Apresentou equívocos, contradições e tensões no processo de elaboração das CEs.

Consideram de utilidade as seguintes metodologias de elaboração das CEs:

- ▶ Fontes de Informação de Natureza Global e Sectorial;
- ▶ Informação necessária a obter da DREducação X / ME-GIASE e Câmara Municipal;
- ▶ Instrumentos de recolha;
- ▶ Aspectos metodológicos facilitadores do processo de recolha/obtenção de informação.

Finalmente, foram levantadas pelo orador algumas questões para o debate final, nomeadamente:

- ▶ Que tipo de CE cada município pretende adoptar?
- ▶ Como agilizar a disponibilização da informação?
- ▶ Até onde levar o envolvimento dos actores ao nível de cada município?
- ▶ Que tipo de articulação e complementaridade supramunicipal?

No **debate final** as questões e comentários incidiram sobre os seguintes aspectos:

- ▶ O manual proposto pelo ME para o conteúdo das CEs possui um caderno de encargos com demasiadas exigências ao nível de recolha de informação;
- ▶ As CEs e os Conselhos Municipais de Educação como espaços de discussão, contestação e mediação de conflitos;
- ▶ Herança de parques escolares delapidados (ainda do plano centenário) por parte de algumas autarquias;
- ▶ Necessidade de disseminação de conhecimento, de partilha de informação e responsabilidades de modo a que os municípios não trabalhem isoladamente.

A direcção da APPLA espera ter proporcionado aos participantes um espaço de diálogo para o esclarecimento de algumas das suas dúvidas e que tenham saído mais enriquecidos. A identificação de interlocutores para o acesso à informação parece ter sido fundamental. As conclusões desta Workshop chegaram à tutela, tendo sido sugerido a formatação de um pacote com informação padronizado para a elaboração das CEs e que as autarquias tenha acesso ao mesmo.

POSFÁCIO¹

Face à escassez de material dedicado à temática das Cartas Educativas, foi lançado o repto aos oradores que estiveram presentes na referida Workshop para a elaboração de um texto, de modo a ser lançada uma edição sobre as cartas educativas na linha editorial SEBENTA. Repto esse aceite por todos oradores, aos quais a Direcção da APPLA agradece duplamente, pela sua participação no Workshop e pela aceitação deste desafio. O agradecimento é extensivo ao Professor Édio Martins que não pode estar presente no Workshop, mas que desde logo se disponibilizou a enobrecer esta edição com a elaboração de um texto.

¹ O posfácio foi redigido em Maio de 2006